

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO
PÚBLICA EM SAÚDE**

**A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL COM TRABALHADORES E
TRABALHADORAS RURAIS**

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

VERA DA GLÓRIA DE SOUZA OLIVEIRA

São Francisco de Paula-RS

2013

A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

VERA DA GLÓRIA DE SOUZA OLIVEIRA

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão da Organização Pública em Saúde EaD, da Universidade Federal de Santa Maria/Universidade Aberta do Brasil (UFSM, RS/UAB), como requisito parcial para atenção de **Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde.**

Orientadora: Prof^a. Msc. Liamara Denise Ubessi

**São Francisco de Paula – RS
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Aberta do Brasil Pós-Graduação Lato Sensu
em Gestão de Organização Pública em Saúde**

**A Comissão examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo de
conclusão de Curso em Saúde EaD**

**A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
COM TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS**

elaborado por
VERA DA GLÓRIA DE SOUZA DE OLIVEIRA

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista

COMISSÃO EXAMINADORA:

Msc. Liamara Denise Ubessi
(Presidente/Orientadora – UFSM/CESNORS)

Dr. Ricardo Viana Martins - UFSM
(Membro da Banca – UFSM/CESNORS)

Dra. Liane Beatriz Righi
(Membro da Banca – UFSM/CESNORS)

Dra. Sarita Terezinha Alves Amaro
(Membro da Banca Suplente – UFSM/CESNORS)

São Francisco de Paula, RS
Julho de 2013

A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL COM TRABALHADORES (AS) RURAIS

Vera da Glória de Souza Oliveira

Liamara Denise Ubessi

Resumo: O Sistema Único de Saúde e o de Assistência Social integram o Sistema de Seguridade Social. Tem por objetivo a proteção social, que visa garantia de direitos humanos essenciais. Volta-se a população do campo e da cidade. Na Assistência Social o(a) trabalhador(a) opera com a viabilização destes direitos. **Objetivo:** discutir a atuação do(a) trabalhador(a) de Assistência Social no SUAS, a partir de trabalho em um CRAS, junto a trabalhadores(as) rurais no Município de Viamão/RS. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência, descritivo, de natureza qualitativa. **Resultados:** na atuação do(a) trabalhador(a) de Assistência Social com trabalhadores(as) rurais em situação de vulnerabilidade, destaca-se o grupo como dispositivo de trabalho e a função de mediador(a) do trabalhador(a) entre a realidade, necessidades destas pessoas e as Políticas Públicas. **Conclusões:** exige um reposicionamento permanente de quem atua neste campo para a garantia de direitos sociais. Esta experiência pode contribuir para a Gestão em Saúde e Assistência Social.

Descritores: Assistência Social; assistentes sociais; Saúde do Trabalhador Rural; experiência de vida; Gestão em Saúde; ambiente de trabalho.

THE EXPERIENCE OF PROFESSIONALS IN SOCIAL ASSISTENCE WITH RURAL WORKERS

Vera da Glória de Souza Oliveira

Liamara Denise Ubessi

Abstract: The Unified Health System and the Social Assistance are part of the Social Security System. It aims social protection, which aims to guarantee basic human rights. It is directed to the population of the countryside and the city. On social assistance the worker operates with the viability of these rights. **Objective:** To discuss the performance of the worker of Social Assistance in SUAS, from work in a CRAS, along with the rural workers in the municipality of Viamão/Rio Grande do Sul. **Methodology:** This is an experience report, descriptive, of qualitative nature. **Results:** In the performance of the worker of Social Assistance with rural workers in situation of vulnerability, the group stands out as a working device and the function of mediator of the employee between reality, these people's needs and Public Policies. **Conclusions:** It requires a permanent repositioning of who acts in this field for the guarantee of social rights. This experience may contribute to the Management in Health and Social Assistance.

Descriptors: Social Assistance; Social Workers; Rural Worker's Health; Life Experience; Management in Health; Working Environment.

LA EXPERIENCIA DEL PROFESIONAL DE TRABAJO SOCIAL CON LOS TRABAJADORES(AS) RURALES

Vera da Glória de Souza Oliveira

Liamara Denise Ubessi

Resumen: El Sistema Único de Salud y el de la Asistencia Social son parte del sistema de Seguridad Social. Tienen como objetivo la protección social, que visa garantizar los derechos humanos básicos. Reúne a la población del campo y de la ciudad. En la asistencia social el (la) trabajador (a) opera con la viabilidad de estos derechos. **Objetivo:** Discutir el desempeño del (la) trabajador (a) de Asistencia Social en SUAS, a partir del trabajo en un CRAS, junto con los (las) trabajadores (as) rurales en el Municipio de Viamão/Rio Grande do Sul. **Metodología:** Este es un estudio de caso, descriptivo, de naturaleza cualitativa. **Resultados:** En el desempeño del (la) trabajador (a) de Asistencia Social con los (las) trabajadores (as) rurales en situación de vulnerabilidad, se destaca el grupo como dispositivo de trabajo y la función de mediador (a) del empleado (a) entre la realidad, las necesidades de estas personas y las Políticas Públicas. **Conclusiones:** requiere una constante rotación de quien actúa en este campo para la garantía de los derechos sociales. Esta experiencia puede contribuir a la Gestión en Salud y Asistencia Social.

Descriptores: Asistencia Social; Trabajadores sociales; Salud de los trabajadores rurales; Experiencia de vida; Gestión en salud; entorno de trabajo.

INTRODUÇÃO

A história da Política de Saúde Pública no Brasil caracteriza-se por diferentes períodos. Foi acompanhada dos projetos de sociedade de cada época. Nas décadas de 30, a Política de Saúde era para trabalhadores(as) assalariados(as), com carteira assinada, e objetivava a manutenção da saúde para garantia da força de trabalho. Política de Saúde restrita, pois se destinava somente a este recorte populacional (BRAGA, PAULA, 1981).

Nos anos 70 e 80, com os debates da Reforma Sanitária, houve mudanças na saúde no Brasil, em prol de uma Saúde Pública para o povo. Passado alguns anos, essa defesa reuniu forças para disputar e consolidar um projeto de saúde de acesso universal na 8ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 1986). Reivindicou-se um sistema de saúde sob os princípios da Universalidade, Integralidade, Equidade e participação social, que em 1988, compõe o texto da Carta Magna Brasileira. Saúde passa a ser direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Nos anos 90, instituiu-se o Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS integra o Sistema de Seguridade Social, o qual tem como base o Estado democrático, responsável pelas Políticas Sociais e direitos humanos essenciais, como no caso, a saúde. A sociedade em pleno desenvolvimento do sistema capitalista, demanda ao SUS e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) proteção social (BRASIL, 2005). Estão no arcabouço da Seguridade Social, por se tratar de um sistema de Proteção Social Integral do cidadão(ã) no exercício laboral ou na ausência deste, na velhice e imprevistos que podem ocorrer na vida. Trata-se de uma cobertura financeira que assiste o indivíduo em suas necessidades elementares (COUTO, 2004). Para isso, faz necessário o tripé da Seguridade Social, Saúde, Previdência e Assistência Social (BRAVO, 2007).

Na Assistência Social há o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Consiste em uma unidade pública municipal, descentralizada, responsável pela organização e oferta de serviços de Proteção Social Básica. Estes serviços consistem em um conjunto de programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa prevenir e atender situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, por violação de direitos, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2005).

O CRAS abrange território determinado. Fazem oferta de atenção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social no âmbito do SUAS. Prioritariamente, devem estar localizados nos municípios em áreas de fácil acesso a as famílias e indivíduos.

No caso de trabalhadores(as) rurais, principalmente pequenos(as) proprietários de terras, buscam o CRAS para Proteção Social Básica. Acessam a Política da Assistência Social pela situação de vulnerabilidade econômica em que se encontram. Além disso, estão expostos, muitas vezes, a situações de trabalho desgastantes ou até de risco na produção de modos de subsistência, como em cultivos que exija o uso de agrotóxicos, na exposição ao sol, poeira e chuvas. Estas situações podem comprometer ou interferir no processo a saúde e a doença (STUMM *et al*, 2010).

Então, a Assistência Social é uma Política Social que pode ser acionada na atenção aos(as) trabalhadores(as) rurais. O(a) trabalhador(a) de Assistência Social é um(a) operador(a) desta Política Pública, articulador e negociador de interesses entre a demanda e o que é viável, mas que garanta o suporte necessário, dentre as quais nas situações de vulnerabilidade de trabalhadores(as) rurais.

Ao considerar estes aspectos, este trabalho discute a atuação do(a) trabalhador(a) de Assistência Social no SUAS, a partir de trabalho em um CRAS, junto a trabalhadores(as) rurais de um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Esta experiência pode contribuir para a gestão em organização pública de saúde e assistência social.

METODOLOGIA

Trata-se do relato de experiência de uma trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em um (CRAS) Centro de Referência em Assistência Social com trabalhadores (as) rurais, provenientes de Comunidades Tradicionais, Assentadas, Quilombolas, Indígenas, situadas no município de Viamão- RS.

O relato de experiência compreende a metodologia qualitativa. Para Minayo (1993), optar pela pesquisa qualitativa implica buscar desvelar uma realidade que não pode apenas ser quantificada, pois se opta pela pesquisa de significados e particularidades do objeto de investigação. A mesma autora refere que na pesquisa

qualitativa é possível trabalhar com significados, crenças, valores, atitudes, ou seja, com o que compreende as relações humanas e que não é possível reduzi-los a variáveis quantitativas. Deste modo, esta metodologia está ao encontro do que se propôs este estudo uma vez que se ocupa em relatar e problematizar uma experiência, a de acompanhamento desta população de trabalhadores(as) rurais.

Este trabalho foi desenvolvido no primeiro semestre de 2012 em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a partir da experiência e convivência diária com os trabalhadores(as) rurais que acessam ao CRAS Rural, localizado um território de fácil acesso para os(as) usuário(as) terem seus primeiros atendimentos.

Utilizado como instrumentos de coleta de informações a observação e o registro da experiência vivida no período do estudo em diário de campo. A observação se constitui elemento fundamental para a pesquisa, como elemento que pode ser utilizado desde a formulação do problema (LIMA *et al*, 2007).

As informações obtidas pela observação e registro em diário de campo foram descritas, sistematizadas e são discutidas a partir do que prevê as Políticas Públicas e contribuições de autores que dialogam com o tema em questão (QUEIROZ, *et al*, 2007).

A experiência de trabalhadora da assistência social com trabalhadores(as) rurais

A experiência vem de uma vivência de trabalho cotidiano nas regiões rurais dotada de diversas comunidades específicas e diferenciadas, onde esta região possui características peculiares estando tão distante geograficamente neste sentido, dificultando o acesso aos direitos e aos mais diversos serviços do município. Desta forma foi implantado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Nesta área, visa-se proporcionar aos(as) trabalhadores(as) rurais atendimentos e acompanhamentos às famílias com dificuldades socioeconômicas, pois a Política de Assistência Social tem o papel de travessia para garantia do acesso aos direitos a todos(as) que dela necessitarem. As ações com estas populações compreendeu, em vários casos, a busca ativa por meio de visitas domiciliares.

Foram realizados acompanhamentos em grupo e individuais, à população rural que é referenciada no CRAS. Além destas atividades, trabalhos em grupos e oficinas de convivência, foram conduzidos com jovens, adultos e idosos para o fortalecimento de vínculos da Assistência Social. Com trabalhadores rurais, foram realizados nas localidades rurais mais distantes. Estes grupos consistiram em espaço para compartilhá-lo experiências, dificuldades e reconhecimento de possibilidade. Neste, espaços os(as) integrantes trocavam informações, aprendem e ensinam uns aos outros(as).

A trabalhadora da Assistência Social, na função que está incumbida ao operar neste local, atuou como mediadora ao facilitar este espaço de encontro para oferta de informações sobre os direitos e que justos pudessem construir soluções para as dificuldades. Observa-se que este espaço era também suporte a essas pessoas, dada as situações extremadas de dificuldades.

Observou-se que isso consistiu na produção de um conhecimento sobre a situação vivenciada pelos mesmos. E como trabalhadora da Assistência Social foi necessário, atenção a isso, para valorizar e investir nessa produção, e agregar suporte social. Contudo, às vezes nesta atividade, há riscos de não escutar o que emana e atravessar o produzido por estes(as) trabalhadores(as) rurais com as normas e técnicas do que prevê a legislação da Assistência Social. Não se trata de desconsiderar estas normativas, mas que elas tem um tempo diferenciado do que emerge como prática, vivência e conhecimento destes trabalhadores(as) e que estes tempos precisam ser conciliados.

Também, observou-se que esse trabalho facilitou a comunicação, deixam de lado a timidez e o medo de participar em grupo com pessoas que vivem muitas vezes as mesmas situações ou realidade semelhantes, e que mostram e partilham suas vivências, além de buscarem seus direitos e suas necessidades.

Os resultados desta vivência como trabalhadora vinculada a Assistência Social constata-se pelos retornos dos(as) trabalhadores(as) rurais agradecidos(as) por terem conseguido seus objetivos. Agradecimento que não seria necessário uma vez que trata-se nada mais do que lhes é um direito. Outro fato que destacam como importante, é que não precisem se deslocar para zona urbana para terem seus primeiros atendimentos.

Isso contribui para a realização do(a) trabalhador(a) profissional de Assistência Social. A sensação é de se estar na mediação de processos com vistas

a garantia de direitos aos(as) trabalhadores(as) rurais, pela busca de oportunizar melhor qualidade de vida, respeito as diferenças, de viabilizar oportunidades para que os(as) mesmos(as) apropriem-se de seus direitos e deveres, num processo contínuo. Neste trabalho de Assistência Social importa a persistência na luta para minimização das desigualdades sociais e garantia a população rural que tenha acesso aos recursos e Políticas Públicas que lhes são de direito.

Neste processo, como trabalhadora de Assistência Social, atua-se na perspectiva de desnaturalizar o que parece normal e como se estivesse de fato a contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas. Contudo, sabe-se das dificuldades pela realidade social destas pessoas e a operabilidade de um conjunto de Políticas Públicas. Para isso, atua-se com práticas educativas em serviço que inclui por vezes, em conjunto com os(as) trabalhadores(as) análise de conjuntura sócio, econômica, política e cultural.

Dado ao vivido com os trabalhadores(as) rurais, atuar como trabalhadora de Assistência Social no entremeio realidade social destas pessoas e Políticas Públicas, é um desafio que afeta não só ao campo profissional, mas cidadã no fazer valer os direitos humanos essenciais e que mesmo com todo o aparato estatal que há, ainda há muito que se avançar para um mínimo de qualidade de vida aos(as) trabalhadores(as) rurais.

A discussão da experiência

A experiência revela o paradoxo que os maiores investimentos estão no sistema latifundiário. Os(as) pequenos(as) produtores(as) se não subsistirem vão ser tragados(as) pelas grandes propriedades de terras e a engrossar as casas nas favelas, nas margens das cidades, continuação do êxodo rural (SILVA, 1996). Há Políticas Públicas, mas são paliativas, pois pouco toca nas questões da estrutura social. Diminui a fome, mas não alteram as configurações de concentração de renda. Esse cenário, inevitavelmente afeta as condições de vida das populações e muitas destas, rurais, nem sabe que têm a possibilidade de acessar a Políticas Públicas ou se sabem, outras dificuldades se interpõem (SILVA, 1996).

Talvez o ganho em relação às populações urbanas, seja a possibilidade de respirar um ar mais puro e estarem menos expostas a situações de violência, como

exemplo, as que ocorrem em grandes aglomerações de pessoas. Todavia, não estão livres das mais variadas e diferenciadas formas de violências semelhantes ou diferenciadas da área urbana. Porém, suas condições de vida, em termos ambientais podem ser mais favoráveis (SILVA, 1996).

É fato que os povos do campo e da cidade precisam equalizar o direito à saúde e condições dignas que interferem na vida e até podem abreviá-la. A desigualdade social tende a impor a situação de vulnerabilidade, condiciona o acesso da população aos seus direitos sociais, os quais devem ser garantidos pelo Estado, por meio das Políticas Públicas. Mesmo com esta oferta, muitas pessoas não sabem sobre seus direitos (SILVA, 1996).

Em outras palavras, a todos os sujeitos que estiverem nas margens das Políticas, sendo Públicas de Saúde e Sociais, podem estar em alguma vulnerabilidade. Sendo assim os(as) trabalhadores(as)rurais que atualmente fazem parte do desenvolvido desta experiência, não são diferentes destas situações, e as políticas que deveriam estar dando suporte para esses trabalhadores(as) não ocorrem de modo efetivo.

Os(As) profissionais também têm a liberdade para desempenhar suas atividades diárias e deixar que a população tenha essa mesma liberdade para reivindicar seus direitos. O(A) profissional do serviço social deve procurar respeitar os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Assistente Social e para oportunizar uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores rurais (NETO, 1988).

José Paulo Neto (1988) prioriza uma relação dos usuários dos serviços oferecidos pelo assistente social com um Projeto Ético Político, que tem o norte de uma nova relação com os(as) mesmos(as) nos serviços de assistência social, mediante a divulgação dos recursos institucionais disponíveis, universalização e democratização da informação e da decisão sobre os investimentos.

Na realização de grupos e dinâmica com a população rural visa à socialização de informações sobre a defesa de direitos, orientação quanto aos recursos da rede de saúde, educação, habitação, dentre outros que lhes constitua necessidade social. Para Vasconcelos (1985) os grupos compõe o movimento da sociedade. Conforme o mesmo, para o trabalho grupal interessa a ruptura de relações verticais para que se estabeleça um espaço social e horizontal, o que tente a facilitar que se compartilhem necessidades, informações, ofertas, dentre outras perspectivas.

Ao encontro do vivenciado com grupos desenvolvidos com trabalhadores(as) rurais, vai ao encontro do que sinaliza Afonso (2002), de que esse trabalho tende a romper com a relação de submissão, realizando um processo de reflexão com ações de mudanças, melhorias, autonomia, liberdade e igualdade, em uma dimensão coletiva.

Ao encontro de Fernandes (2012), e do apresentado no relato da experiência vivida, as práticas de educação podem contribuir ao labor do(a) trabalhador(a) da assistência social. A autora menciona que há uma prática de educação convocada pela própria ação cotidiana, e que em alguns locais, como o do estudo, há espaços para a ocorrência desta experiência, de encontro com os(as) demais trabalhadores(as) para dialogar sobre essa experiência de encontro com os(as) usuários(as) dos serviços.

No caso, os(as) trabalhadores(as) rurais tem uma busca por melhoria de condições de vida por meio da Assistência Social, mas que as suficiências e insuficiências das Políticas Públicas, embora tendam a impactar na vida destas pessoas e famílias, interroga-se o quão suficientes são para longevidade das mudanças, alterações nos modos de sobrevivência e erradicação da situação de vulnerabilidade das quais muitas vezes são alvos, dado a uma determinada conjuntura social, política e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo discute a experiência de profissional de Assistência Social a trabalhadores(as) rurais assistidos(as) em um Centro de Referência em Assistência Social situado no Município de Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, foi possível compreender aspectos desta experiência pelo diálogo com autores no que se refere ao trabalho com grupos.

A experiência vivida incita um reposicionamento permanente como trabalhadora na Assistência Social de considerar a demanda que advém destas pessoas, mediar encontros, difundir informações e pactuar possibilidades com trabalhadores(as) rurais e o viável pelas Políticas de Assistência Social. Percebe-se que trabalhar neste campo é viabilizar a consumação de direitos que se operam pela política e pela produção de conhecimento destas pessoas para resolução de seus problemas.

É função de quem atua na Assistência Social, contribuir ao empoderamento destas pessoas e na disputa social necessária para melhoria das condições de vida. Dado a estes aspectos, esta experiência pode contribuir para a Gestão do Trabalho de Assistência Social em uma Organização Pública que faz interface com a saúde e para a Gestão em Saúde no Planejamento e Operabilidade de Políticas Públicas, com a investida em grupos e outros espaços que viabilizem a produção de conhecimento coletivo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. **Oficinas em dinâmicas de grupo: um método de intervenção psicossocial.** Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

BRAGA, J.C e PAULA, S. C. **Saúde e previdência, estudos de políticas social.** São Paulo. CEBES - Hucitec. 1981

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRAVO, M. **Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma social em saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo. OPAS/OMS/Ministério da Saúde, 2007.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

FERNANDES, R. M. C. Educação permanente nas situações de trabalho de assistentes sociais. **Trab. Educ. saúde.** 10(3): 48-505, nov, 2012.

LIMA, E. C. S. DE; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos & Contextos.** Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007.

MINAYO, M. C. S. O. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

NETO, J. P. **A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1998.

QUEIROZ, D. T; VALL, J; SOUZA, A. M. A; VIEIRA N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem UERJ.** Rio de Janeiro , 2007 abr/jun; 15(2):276-83.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.** Campinas: Unicamp, 1996.

STUMM, E. M. F; LORO, M. M.; UBESSI, L. D; POLI, A. G; FRANCO, M. T. Análise do uso de equipamentos de proteção individual por agricultores que utilizam agrotóxicos. **RECENF. Revista Técnico-Científica de Enfermagem,** v. 8, p. 97-100, 2010.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **Intenção - ação no trabalho social.** Cortez, 1985.